

# **O PRELÚDIO À CONQUISTA DO CARIBE E DA AMÉRICA: A FORMAÇÃO DA ANDALUZIA MODERNA COMO PARADIGMA DO SISTEMA MUNDO MODERNO COLONIAL. OLHARES DESCOLONIAIS A PARTIR DO SUL DA EUROPA”<sup>1</sup>**

## **THE PRELUDE TO THE CONQUEST OF THE CARIBBEAN AND AMERICA: THE FORMATION OF MODERN ANDALUSIA AS A PARADIGM OF THE MODERN COLONIAL WORLD SYSTEM. DECOLONIAL LOOKS FROM SOUTHERN EUROPA**

*Javier García Fernández*

Universidade de Coimbra, Portugal.

### **Resumo**

O presente artigo procura pensar historicamente a transição que significou a conquista espanhola do Al Andalus e a formação de Andaluzia moderna. Isso será feito a partir da perspectiva da crítica da visão moderna e ocidental da história da Europa. Em 2 de janeiro de 1492, exércitos de Castela tomaram militarmente a cidade de Granada, encerrando assim quase 800 anos de existência de Al Andalus, um domínio sócio territorial, político, econômico e cultural que se desenvolveu no Mediterrâneo Ocidental e que seria o território fronteiriço do mundo conhecido como Novo Mundo, implantado a partir de 1492 (fronteira europeia com a África e o mundo árabe-islâmico e a partir de então com a América). As formas de

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida no Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra como parte da tese de doutorado no Programa Pos-colonialismos e Cidadania Global, financiado por uma bolsa da Fundação de Ciência e Tecnologia do Ministério de Educação de Portugal sob a orientação do Professor Boaventura de Sousa Santos. Este texto é o resultado da transcrição e organização na forma de artigo de uma conferência proferida pelo autor no dia 15 de fevereiro de 2017 durante o seminário “Dialéctica de la Modernidad. Origen, desarrollo y Ocaso,” coordenado pelo Professor Enrique Dussel na Universidade Nacional Autónoma de México. Foi solicitado ao autor a apresentação de algumas reflexões geradas a partir da nova proposta intelectual nascida dentro do pensamento decolonial e das epistemologias do sul e que pode ser resumida na ideia de “Descolonizar Europa”. A conferência foi transcrita e organizada pela Professora Soledad Castellero Quesada e traduzida ao português pelo Professor Dernival Venâncio Ramos Júnior. A versão final do texto ficaram a cargo de Sariza Oliveira Caetano Venâncio e de Luiza Helena de Oliveira. A conferência está disponível em vídeo no link a seguir: [https://www.youtube.com/watch?v=Kfw8aaV9\\_0M&t=2904s](https://www.youtube.com/watch?v=Kfw8aaV9_0M&t=2904s)

Artigo recebido em 21 setembro de 2018 e aprovado para publicação em 21 de novembro de 2018

conquista, de administração colonial, de desapropriação econômica e de racialização que a monarquia hispânica levaria à América – em um primeiro momento ao Caribe e logo à América continental – seriam ensaiadas primeiro na Andaluzia conquistada ao longo do século XVI. A desapropriação das terras das populações andaluzas, as expulsões forçadas, a racialização dos mouros e a subordinação da Andaluzia às estruturas políticas de Castela seriam o prelúdio mais importante para o desenvolvimento do que viria a ser chamado de sistema mundo moderno colonial.

**Palavras chave:** Colonialidade interna-estrutural. Andaluzia. Gênese do sistema-mundo moderno colonial.

### **Resumen**

El presente artículo trata de pensar históricamente la transición que supuso la conquista castellana de Al Andalus y la conformación de la Andalucía modernidad desde la perspectiva de la crítica a la visión moderna y occidental de la Historia de Europa. El 2 de Enero de 1492 los ejércitos de Castilla toman militarmente la ciudad de Granada acabando así como casi 800 años de existencia de Al Andalus, una realidad socio-territorial, política económica y cultural que se había desarrollado en el occidentemediterráneo y que había sido y sería el territorio fronterizo del mundo conocido con el nuevo mundo que se desplegaría a partir de 1492 (frontera europea con África y mundo árabo-islámico y ahora también con la nueva América). Las formas de conquista, de administración colonial, de despojo económico y de racialización que la Monarquía Hispánica llevaría a América – primero al caribe y luego a la América continental - serían ensayadas primera en la nueva Andalucía durante todo el siglo XVI. El despojo de tierras a las poblaciones andalusíes, las expulsiones forzosas, la racialización de lo moro y la subordinación de Andalucía a las estructuras políticas de Castilla serían el preludio más importante ante el desarrollo de lo que los posteriormente se llamaría el sistema mundo moderno colonial.

**Palabras-clave:** Colonialidad interna-estructural. Andalucía. Genesis del sistema mundo moderno colonial.

### **Abstract**

The present article tries to think historically about the transition that supposed the Castilian conquest of Al Andalus and the conformation of the modern Andalusia from the perspective of the critic to the modern and western vision of the History of Europe. On January 2, 1492, the armies of Castile militarily take over the city of Granada, ending almost 800 years of existence of Al Andalus, a socio-territorial reality, economic, cultural and politic that had been developed in the West Mediterranean and would be the border territory of the known world

with the new world that would be deployed from 1492 (European border with Africa and Arab-Islamic world and now also with the new America). The forms of conquest, of colonial administration, of economic dispossession and of racialization that the Hispanic Monarchy would take to America - first to the Caribbean and then to continental America - would be rehearsed first in the new Andalusia throughout the sixteenth century. The dispossession of lands to the Andalusian populations, the forced expulsions, the racialization of the Moor and the subordination of Andalusia to the political structures of Castile would be the most important prelude to the development of what would later be called the modern world colonial system.

**Key words:** Internal-structural coloniality. Andalusia. Genesis of the modern colonial world system.

Para começar, gostaria de agradecer ao professor Enrique Dussel pela oportunidade de expor estas ideias em seu seminário. Também, de início, é importante deixar claro o lugar de onde falo. Venho de Andaluzia, um território no sul de Europa, e faço parte do que se chama esquerda nacionalista andaluza. Sou membro do Grupo de Estudos Camponeses Juan Diaz del Moral.

A hipótese histórica que estou defendendo a partir de Andaluzia é importante para todo o Caribe e América Latina e pode ter um valor político e histórico no diálogo entre o sul da Europa, América Latina e Caribe. Defendemos que, no início da primeira modernidade, a conquista do Al-Andalus gerou um padrão de poder que já era capitalista, patriarcal, racista e colonial. Esse padrão de poder, por outro lado, se fez global quando foi exportado ao Caribe e à toda América com o chamado descobrimento, efetivamente conquista do continente americano.

De maneira fundamental, o objetivo político dessa hipótese se centra no que denominamos como descolonização da Europa ou descolonização epistêmica do pensamento político e social. Para isso, cruzamos os estudos descoloniais da escola pós-colonial com o que o professor Boaventura de Souza Santos chama de Epistemologias do Sul (SANTOS, 2014). Um dos mais importantes poetas andaluzes, Antônio Machado, foi obrigado a fugir do fascismo, morrendo no sul França, para alguns, por razões de tristeza. O poeta afirmava que os oprimidos deveriam fazer política porque, se não a fizerem, alguém a fará em seu lugar e, provavelmente, contra eles. Nesse sentido, insistimos que os oprimidos escrevam sua história porque do contrário ela será escrita por outros e, possivelmente, usada contra seus interesses. Tendo por base essa reflexão, é fundamental que, a partir da Andaluzia, construa-se uma memória histórica que permita, por um lado, compreender qual é o processo de formação da Andaluzia como realidade social hoje dentro do sul da Europa e, por outro, faça-nos questionar diretamente o ideário nacional espanhol.

No estrangeiro, predomina a ideia de que existe uma unidade nacional na Espanha, pensamento bastante artificial e que carece de rigor histórico. A Espanha, de maneira fundamental, formou-se a partir do reino de Castela e de uma série de alianças e conquistas que ocorreram entre os séculos XIII e XVIII. Em contraponto a isso, a partir do século XIX, pode-se falar de Espanha como um país que está em processo de decomposição imperial que se materializa em algumas perdas: a perda das colônias americanas no primeiro terço do século XIX; a perda de Cuba e Filipinas, em 1898; e, nos anos de 1970, a perda do Saara Ocidental. Neste momento, a partir do processo de luta por independência, esse processo pode levar o Estado espanhol a perder a Catalunha. Esses dois motivos legitimam e tornam pertinente perguntar pela história de espaços como a Andaluzia. Neste artigo, a pergunta que faço é: qual o papel que os territórios que chamamos Andaluzia desempenharam na conformação da história do mundo moderno?

No que diz respeito à história de Andaluzia existem duas grandes correntes de pensamento historiográfico. A primeira acredita que o Al Andalus é o território islâmico anterior à Andaluzia moderna e contemporânea. Essa corrente, de matriz nacionalista espanhola, acredita que ele teria sido fundado com a chegada dos muçulmanos à Península Ibérica em 711 D.C e propõe que a Espanha terminou sua formação com a conquista de Al Andalus (SANCHEZ, 1985; GONZALEZ, 1988). O que é possível perceber aqui é aquilo que, em termos de Sousa Santos (2014), poderia ser chamado de uma linha abismal no tempo histórico. A partir da conquista teria início a história da Espanha e da Andaluzia, enquanto que o passado anterior a esse momento está oculto e não se relacionaria com o momento posterior, não havendo nenhuma linha histórica de continuidade. Em contraponto a essa perspectiva, existe uma corrente essencialista andaluza que propõe o Al Andalus como experiência ideal, como uma experiência romântica da outra Espanha. Ela está representada por Américo Castro, Antonio Gala e por outros poetas dentro do que se chama essencialismo andaluz (CASTRO, 1989), (GALA, 1995).

Defende-se neste trabalho que a Andaluzia foi um enclave no sul do Mediterrâneo, nas proximidades do estreito de Gilbratar, influenciada tanto por culturas externas procedentes de África e Ásia, a partir do litoral mediterrâneo, como por culturas procedentes do norte de Europa. Essas culturas externas chegaram à região sul da península desde os tempos dos tartessos, com registro em textos gregos e na Bíblia, e que poderia ser chamada de a primeira civilização andaluza. Historicamente, ao longo do tempo, houve contato com os gregos, os fenícios, os cartagineses, os romanos, os visigodos, com bizâncios e com o reino castelhano. Todos esses grupos construíram estruturas políticas na região e tiveram duração média. Assim, o território que hoje compreende a Andaluzia, toda a região sul peninsular, tem um substrato de povoação que variou historicamente, mas que esteve em contato com outras culturas que vinham a esse território por causa de suas terras férteis, por seu clima, por sua produtividade agrária, por motivos comerciais. Ao longo do tempo, configurou-se uma cultura própria,

andaluza e que vai de 1000 anos antes de Cristo – ou seja, da civilização de Tartesso – à Andaluzia contemporânea.

O feudalismo, segundo a clássica tese de Perry Anderson (ANDERSON, 1985), surge do cruzamento da desintegração do império romano – no qual existia um sistema escravista – com o sistema germânico primitivo. O que temos chamado de sistema feudal procede de um tipo de sociedade em que a desestruturação do sistema romano gerou um ambiente de insegurança que levou, de imediato, à construção de alianças, com o objetivo de defesa, entre os senhores e seus novos súditos. O problema é que esse modelo de feudalismo, que poderíamos chamar de clássico, não ocorreu em toda Europa, existindo em um espaço muito concreto e muito reduzido, o noroeste europeu. Tal espaço estava ligado ao Reino Merovíngio, aos germânicos merovíngios que se desenvolvem no império carolíngio, ao sacro império romano, à república hanseática e ao segundo Reich<sup>2</sup>. Assim, a maioria dos historiadores, inclusive dentro do marxismo, tem considerado a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa a partir de uma parte muito pequena do continente europeu. Nas demais partes onde não havia feudalismo, ocorreram diferentes processos territoriais específicos e que demandam uma narrativa e uma análise diferente. O historiador Marc Bloch (BLOCH, 1987) reconhece em sua obra clássica *La sociedad Feudal* que existiu um tipo de feudalismo que ocorreu de forma inerente ou natural. Existiu, porém, um segundo tipo de feudalismo que ele denomina como feudalismo de importação. Por motivos que mostraremos a seguir, preferimos a ideia de feudalismo de conquista, pois os mecanismos centrais de sua implementação foram as guerras de conquista, na medida em que apresenta uma matriz conquistadora que é fundacional e constitutiva do que serão os processos políticos em várias partes do continente europeu não feudal.

É preciso levar em consideração, contudo, que o Al Andalus não era feudal. Tratava-se de um modelo de produção asiático, oriental (SALGADO, 2003; MARTINEZ, 1993; MANZANO, 1998) procedente dos modos tributários asiáticos nos quais a terra era propriedade da autocracia local e onde o fundamental era o tributo. Nesses lugares, a função do Estado era praticamente a produção das obras hidráulicas, como no caso da irrigação árabe. Tendo em vista que, além do Al Andalus, todo o sul da Itália estava habitado por muçulmanos, que Córsega, Sardenha e Sicília variavam entre bizantinos e muçulmanos, que as províncias balcânicas também não eram feudais e que as portas para a Ásia eram bizantina e mais tarde otomana, vamos chegar à conclusão de que a maior parte da Europa não era feudal e que nela se implementou um feudalismo tardio e de conquista.

O feudalismo de conquista encontra sua expressão histórica fundamental nas Cruzadas que tiveram como desafio levar o sistema feudal a territórios externos à Europa. Contudo, as Cruzadas significaram o que se compreende como crise do feudalismo clássico. A

<sup>2</sup> O terceiro Reich e a atual união europeia que, se poderia dizer, no momento em que Trump a está questionando, é a prolongação da OTAN – Aliança do Tratado do Atlântico Norte no plano político e não ao contrário.

partir do século XIII, o feudalismo entra em crise e, segundo vários autores (DOBB, 1987; BRENNER, 1979 e WALLERSTEIN, 1979), a forma encontrada para sair da crise está relacionada à mudança de um feudalismo de caráter defensivo para um feudalismo de caráter mais ofensivo. O feudalismo se converteu em uma cultura de conquista. No século XIII, a Inglaterra conquista a Escócia e a Irlanda, a Alemanha começa suas conquistas pelos territórios orientais, os normandos conquistam o sul da Itália e Castela – aliada à coroa de Aragão – e Navarra empreendem a conquista do Al Andalus. Para esse processo ser categorizado como tal é preciso descolonizar o conceito de Reconquista, um termo cunhado pela historiografia nacionalista espanhola e que teve, como objetivo, unificar os procedimentos da construção de Castela como elemento base da Espanha moderna e contemporânea. O conceito não possui, de maneira alguma, rigor histórico, pois os primeiros reinos castelhanos-feudais não tiveram origem prévia. Os visigodos, povos germânicos, vinham da ocupação dos feudos que lhes foram outorgados pelo império romano. A isso se acresce não ser possível encontrar nenhuma relação de continuidade histórica – com exceção da religiosa – com reinos cristãos como Castela, Navarra e Aragão.

O conceito de Reconquista legitimou, por um lado, a ideia de Cruzada na Península Ibérica e, por outro, uma forma de estado construído tendo por base a guerra. Não é por acaso que ela foi constitutiva do Estado e da ideia de nação na Espanha e, em momento oportuno, também fundamentou, a partir do descobrimento e conquista da América, o império espanhol. Desse modo, é preciso rejeitar a ideia de Reconquista e desconstruir seu pretensão rigor histórico. Neste texto, fala-se simplesmente de uma aliança de reinos feudais no norte da península cujo objetivo era conquistar os territórios do Al Andalus.

A conquista do Al Andalus não pode ser vista como algo isolado, na medida em que faz parte de uma dinâmica do território europeu, naquele momento um espaço periférico no mundo, e que responde, na maioria das vezes, quase exclusivamente, a processos domésticos. São três os momentos importantes desse processo: a tomada de Toledo, em 1085; a batalha de Navas de Tolosa, em 1212; a conquista de Ceuta, em 1415; e a conquista do Reino de Granada, em 1492.

A tomada de Toledo, cidade localizada às margens do rio Tajo, em 1085, marca o início de um empreendimento sério e articulado entre vários reinos cristãos: a conquista do que vem a ser o outro, o infiel, o mouro. A partir dessa data, pode-se falar de uma guerra contra o Outro muçulmano. Antes dessa data, o que havia era uma série de fricções entre os reinos: os reinos cristãos faziam pactos com os muçulmanos, enquanto os muçulmanos guerreavam uns contra os outros. Havia, assim, uma série de guerras domésticas que não correspondiam a dois grupos claramente diferenciados e organizados em torno da religião. É a partir da tomada de Toledo que se vê nitidamente essa diferenciação e aparece o que poderia ser chamado de “o infiel”.

Como continuidade desse processo, em 1212, são lançadas as campanhas de conquistas

internas. A aliança entre Castela, Aragão, Navarra e Portugal se concretiza e o papa Inocêncio III concede à campanha o status de Cruzada. Naquela altura, as Cruzadas para o Oriente próximo haviam sido desfeitas e os reinos cristãos se concentraram na guerra contra o infiel dentro da Península Ibérica. Assim, temos uma guerra articulada entre diferentes reinos, à qual o papa Inocêncio III fornece o carácter de Cruzada. Os exércitos cristãos vencem a batalha de Navas de Tolosa, na fronteira entre as atuais cidades de Jaén e Córdoba, na qual as tropas do Al Andalus eram apoiadas pelos Almorávidas, que haviam vindo do norte da África.

A vitória castelhana permitiu a entrada no vale do rio Guadalquivir e, posteriormente, a tomada dos reinos de Jaén, Córdoba e Sevilla, que incluíam a atual cidade de Cádiz e o estreito de Gibraltar. A batalha de Navas de Tolosa e as conquistas subsequentes permitiram que os reinos cristãos conquistassem algo como a metade do território do Al Andalus, restando apenas o Reino de Granada. Em seguida, os cristãos atravessaram o Mediterrâneo, em 1415, e conquistaram Ceuta. Depois disso, deram os primeiros passos rumo ao Atlântico, conquistando as Ilhas Canárias.

O ano de 1492, como todos sabem, tem importância tanto em termos continentais europeu como para o Atlântico, em proporções mundiais. Dez anos antes, em 1482, iniciara-se o cerco de Santa Fé. Na verdade, a cidade de Santa Fé foi construída como o primeiro *castrum militari*. Esse será o padrão de cidade usado para a reconstrução da cidade do México. Tratava-se de um tipo de cidade colonial, que é o de uma cidade militar, e que tem origem na cidade convertida em ponta de lança do cerco à Granada. Ali foi o lugar em que Cristóvão Colombo se encontrou com os reis católicos. Ali, os reis lhe prometeram que, tomando Granada, ser-lhe-ia concedida a permissão para o seu projeto. Em dois de janeiro de 1492, ocorrem as capitulações: o rei Boabdil, de Granada, entrega as chaves do reino aos reis católicos e, assim, tem fim um longo processo de conquista.

Esse processo que compreende os trezentos anos de conquista do território de Al Andalus e sua posterior continuidade no Caribe e na América continental, pode ser considerado a primeira grande guerra mundial. A chamada Reconquista e o chamado descobrimento da América são fases do mesmo processo de construção e expansão imperial e de articulação do sistema mundo, moderno e colonial. O processo de conquista do Al Andalus é um processo de conquista que gera um padrão de poder claramente colonial, uma colonialidade.

A colonialidade não deriva do colonialismo administrativo. Ao contrário, antes do colonialismo existe a colonialidade, que é interna porque funciona dentro do Estado espanhol e cuja lógica se consolida durante o período moderno. Nesse sentido, existem elementos para defender a colonialidade interna estrutural no caso da formação da Andaluzia (GARCÍA, 2016). Um exemplo é a subordinação política, uma vez que os territórios conquistados não possuem representação nos conselhos, nas instâncias representativas dos distintos territórios de cada reino, Castela, Aragão ou Navarra. A Andaluzia não tinha representação nos conselhos

e, portanto, os seus interesses estavam subordinados aos de Castela. Outro exemplo é o epistemicídio, a destruição da cultura andaluza com a proibição da cultura e da religião local. Uma nova religião, o cristianismo, e uma nova cultura, a cristã, são impostas. O terceiro elemento foi a racialização. A partir da tomada de Toledo, em 1085, tem início o processo de limpeza de sangue. O Estado começara a regulamentar a construção da raça, num processo que encontrou o seu apogeu, em 1492, com a expulsão de judeus, ciganos e mouriscos. Em quarto lugar está o processo de acumulação primitiva. É preciso retomar a ideia de Marx, no capítulo 24 de *O capital*, que diz: “El proceso de acumulación originaria se da en España, Portugal, Holanda, Inglaterra en ese orden” (MARX, 2010, p. 939). Em outro texto, quando fala da Espanha, refere-se especificamente à América e o que significou a conquista e a acumulação primitiva a partir do Caribe e da América Continental. Contudo, defendendo que, na conquista do Al Andalus, aconteceu um fato muito importante para esse processo que consistiu na tomada da terra dos vencidos e na formação de novos latifúndios, como processo que esteve ligado ao que se chamou reparto por direitos de conquista. Em quinto e último lugar, destacamos que, assim como países latino-americanos, africanos e asiáticos, a Andaluzia moderna nasceu de uma guerra de conquista.

Por outro lado, aconteceu ainda um processo de acumulação externa, ou seja, existe um processo de acumulação que se externaliza e que ocorreu a partir de processos de dominação política por parte do Reino de Castela e Aragão. A riqueza produzida já de forma capitalista (POSADAS, 2015) não fica no território, é externalizada, pois se produz aí uma economia de caráter extrativista (CABEZA, 2017). A nova agricultura andaluza, surgida depois da conquista, tem caráter plenamente extrativista porque – e isso é muito importante para o Caribe e América Continental – durante o primeiro período dos vice-reinos caribenhos e continentais, a agricultura chegou tardiamente. Nos primeiros anos da conquista da América, as economias dos vice-reinos eram de troca e, pouco depois, de espólio e extração mineral. Durante todo esse tempo, foi preciso trazer alimentos da Europa e o trigo, o azeite de oliva e os outros produtos vinham dos latifúndios andaluzes. Como a produção em Castela era baixa, em função de seus territórios serem muito áridos e divididos em minifúndios pouco produtivos, era preciso que houvesse uma economia agrária e latifundiária de grande produção e extração em Andaluzia, pois precisava abastecer as guerras de conquista no continente americano.

Esses são os elementos que permitem pensar que, dentro do Estado espanhol, existiam elementos de colonialidade interna estrutural e que geraram uma dialética da dependência. Nessa perspectiva, Andaluzia, mesmo sendo um território riquíssimo, está situada dentro de um processo de dependência econômica, submetida aos interesses do norte da Espanha.

Para dar mais substância à ideia de que existe uma colonialidade interna estrutural abordaremos mais detidamente três pontos fundamentais: patriarcado de conquista, racialização e capitalismo.

Para discutir colonialidade interna estrutural é importante constatar que existe uma articulação sócio-comunitária, que se dá pelo que chamo de patriarcado de conquista. Para pensar o patriarcado de conquista é preciso ter em conta o que afirma Silvia Federicci:

Cuando los campesinos pierden la tierra por el proceso de liberalización de las tierras, el campesinado al perder la tierra que era su territorio fundamental, asume el cuerpo de la mujer como territorio de la comunidad porque toda comunidad necesita un territorio (FEDERICCI, 2004).

Ao perder a terra, a comunidade se apropria do corpo da mulher e, portanto, sua identidade passa dos meios de produção, a terra, para os meios de reprodução, o corpo da mulher. Sob essa ordem, a mulher perde a agência, passando então a propriedade do homem e da comunidade.

Federicci (2004) defende essa hipótese para o século XVII. Proponho, contudo, que esses elementos podem ser encontrados na Andaluzia da primeira metade do século XIV e têm duas expressões fundamentais. A primeira delas é o culto mariano, qual seja, o culto à Virgem Maria. Durante a primeira metade do século XIV é muito forte a difusão do culto mariano. O culto à Virgem Maria em Andaluzia está articulado como expressão simbólica de um espaço comunitário, pois a região, durante trezentos anos, foi uma fronteira de guerra e havia poucas mulheres. Nesse cenário, era preciso fabricar um espaço social simbólico feminino e por isso o culto mariano surge e ganha as proporções que possui. A segunda ideia desse patriarcado de conquista é o ideal de mulher flamenca. Na Andaluzia, a mulher cigana-andaluz é de todos e, por isso todos, pode-se assediá-las nas ruas. Nessa linha de construção do ideal da mulher flamenca, estão os elementos fundamentais da cultura do estupro da mulher flamenca: seu corpo pode ser violado porque é de todos. Aí é também o lugar em que se encontra um dos elementos centrais para entendermos o feminicídio, gesto naturalizado porque a mulher não tem agência já que é propriedade da comunidade. É fundamental, assim, pensar nesse patriarcado de conquista porque o feminismo deve enunciar-se a partir e contra esse tipo de patriarcado e não contra o patriarcado do norte de Europa, um patriarcado feudal e que pressupõe um feminismo de outra ordem. Sob essa perspectiva, pensar o patriarcado de conquista dos países do sul a partir do feminismo dos países do Norte pressupõe um problema de encaixe social e histórico.

O processo de racialização teve início com os estatutos de limpeza do sangue para os judeus e continuidade com a expulsão dos mouriscos e dos ciganos que ajudaram a conformar um falso mito, o da expulsão. Fala-se da expulsão dos mouros e do repovoamento da Andaluzia por parte de gente do norte de península, mas isso tem mais a ver com a performatividade da ideia de raça na Espanha, pois não houve expulsão, na medida em que havia pouca população e necessitava-se de trabalhadores. O que aconteceu foi uma reorganização das forças de trabalho para situar toda uma população dentro das fronteiras da linha do ser – dessa linha abismal que a modernidade criou – para que trabalhassem no latifúndio. Assim, constrói-

se uma ideia social e política da raça dentro dos processos de reorganização da nova classe assalariada agrícola como reorganização da economia nascente.

O precoce capitalismo mercantil e monetário que surgiu a partir dos processos de conquista de Al Andalus, e que está conectado ao surgimento do capitalismo agrário-extrativista e latifundiário, completa-se de alguma forma com o capitalismo mercantil das cidades italianas e com o financeiro das cidades holandesas. Não se pode deixar de pensar a articulação que Castela e Aragão já possuíam com o sul da Itália e com a região que será a Holanda. Para falar deste primeiro capitalismo espanhol – espanhol no sentido de que articulado em torno da coroa castelana-aragonesa – e sua expansão pela Europa, é necessário marcar o ano de 1512. Nessa data, o Sacro-Império Romano e a coroa castelana-aragonesa se fundem e nasce o que poderia ser chamado de a primeira Europa política, pois é no cruzamento desses dois grandes impérios que se conforma a ideia política de Europa cujo rei será Carlos I de Espanha e V de Alemanha. Dentro dessa Europa política, entre os séculos XII e XIV, está a gênese das relações capitalistas de produção. Vou defender quatro hipóteses que tornam possível compreender a precocidade do capitalismo histórico andaluz e a origem das relações capitalistas que têm lugar com a conquista do Al Andalus e com a formação da Andaluzia moderna e contemporânea.

A primeira delas é a conquista do Al Andalus como processo de acumulação primitiva. Foi a primeira vez na Europa que ocorreu um processo de guerra através do qual se despojaram de forma sistemática os camponeses de suas terras. A posse das terras foi reorganizada a partir do direito de conquista, levando em conta o quanto cada aristocrata ou membro do exército contribuíra com a campanha militar. A documentação descreve que havia uma escala de equivalência: para cada homem e cavalo fornecido correspondia uma quantidade de terra; para um homem e dois cavalos, outra quantidade; 100 homens, no caso de ordens militares como Santigado, uma outra. Surgem, assim, o que podemos chamar de latifúndios (CARRION, 1975; MARTINEZ, 1967, 1968), num padrão de poder em que a acumulação de terras não está ligada a direitos feudais. A acumulação de terra inicial, que não é capitalista, dá lugar a novas acumulações, estas, sim, capitalistas. Essa acumulação através da guerra se ajusta perfeitamente ao que Marx chama de *acumulação primitiva*<sup>3</sup>.

A referida forma de acumulação da terra organizou-se em torno do despojo<sup>4</sup> e não é igual à acumulação por despossessão, que ocorre de forma paralela. Esse sistema de posse das terras contribuiu para a formação de uma agricultura estritamente capitalista porque era essencialmente extrativista. Foi organizada como política de Estado e seu caráter extrativista pode ser percebido com o lugar que ocupou como fornecedora de víveres durante a guerra de conquista do Caribe e da América Continental. Praticamente durante o primeiro século

3 Capítulo XXIV do primeiro livro do *El Capital*.

4 Ver FERNANDEZ, Javier García. Descolonizando a Marx: quatro tesis para pensar historicamente a Andalucía. Tabula Rasa [online]. 2018, n.28, pp.197-228. ISSN 1794-2489. <http://dx.doi.org/10.25058/20112742.n28.9>.

do mundo colonial caribenhos e continental, os víveres eram fornecidos pela agricultura andaluza.

Outro ponto importante desse processo está conectado à divisão capital-trabalho. Ao despojar os camponeses, a nascente forma de posse da terra acaba por gerar uma nova classe despossuída de terra que sobrevive no território andaluz e que será a mão de obra a ser usada nos latifúndios. Essa terra, como fator produtivo que se acumula nas mãos de grandes proprietários, necessitava de muita mão de obra e, para isso, vai ocorrer o que se chamou de processo de repovoamento, cujo objetivo era reproduzir a Espanha do norte nos territórios andaluzes. Remete ainda ao nome pelo qual os historiadores tradicionais chamam o processo de colonização do Al Andalus conquistado. Esse repovoamento, contudo, acabou por consolidar uma segunda classe de proprietários que não eram os aristocratas que haviam ganhado terras por direitos de conquista.

Ainda durante a guerra com o Reino de Granada, existem condições específicas relacionadas às guerras de fronteira. Os primeiros repovoadores começam, mesmo sem a permissão da Coroa, a vender ilegalmente a terra. Fruto desse processo, em torno de certos aristocratas, começa se concentrar a terra. Desse modo, mesmo não sendo o objetivo principal do processo de repovoamento, o latifúndio surge e se afirma a partir das condições dadas.

Por outro lado, por causa da venda de terras, os colonos tornam-se trabalhadores livres sem terra, sem obrigações feudais, não estando sujeitos a ninguém, como ocorria no norte da Espanha. Sem propriedades, possuem apenas a sua força de trabalho, num processo que irá gerar, em Andaluzia, uma massa de trabalhadores assalariados que trabalham no campo e que não pertencem a ninguém porque vieram do norte como homens livres. Denominados como jornaleiros, formam uma classe assalariada fundamental para a constituição do processo econômico, da imagem, do espírito e da natureza da sociedade andaluza.

Desse modo, temos terra acumulada por parte de proprietários como fator-terra, sem comunidade, e temos trabalhadores assalariados agrícolas despojados de sua terra, cuja única riqueza é a força de trabalho. O surgimento de um mercado de terras está relacionado com o anterior, mas tem uma importância especial. No século XIV europeu, quando em nenhuma outra parte do continente se podia vender ou comprar terras, em Andaluzia, surgiu um marco de compra e venda de terras. Como se sabe, nada é naturalmente uma mercadoria, pois a mercadoria é uma relação. O processo de compra e venda de terra acaba por produzir a terra como mercadoria em um momento, o século XIV, fundando uma relação que não existe em nenhum outro lugar da Europa.

Por fim, gostaria de descrever o papel da Andaluzia na formação do sistema mundo. A transformação do sistema mundo espanhol em um novo sistema mundo ocorreu a partir de sua dilatação através da expansão no Caribe e América Continental. Essa expansão, levada a cabo pela coroa castelhana, reproduz o padrão de poder que havia sido cristalizado em Andaluzia.

Assim, podemos encontrar pistas para compreender relações existentes fora da Europa a partir do que ocorreu no sul da Espanha. Ali existiu um pequeno laboratório no qual se cristalizaram formas de dominação, de opressão racial e de gênero, do urbano sobre o rural etc., que depois foram levadas para o Caribe e América Continental e, em seguida, passam a constituir o sistema mundo moderno colonial.

Para compreender melhor esse processo, é preciso separar, em uma análise marxista do capitalismo em Andaluzia, a acumulação por despossessão da acumulação por despojo, uma vez que tal separação significa uma possível descolonização da ideia de acumulação. A acumulação por despojo não se dá apenas no processo de acumulação primitiva, mas está presente, de maneira paralela, durante todo o processo de acumulação capitalista. Na Andaluzia, no Caribe e na América Continental, houve um processo de despojo para a acumulação de terras que funcionou em paralelo ao processo de despossessão econômica. Ao falar de despossessão, estamos falando de um critério econômico. Ao contrário, o despojo faz referência a algo mais importante. Quando tiram a terra de uma comunidade camponesa, tiram dela uma forma de estar no mundo, subtraem dela seu universo, tornando-os despojados, nus frente ao nada. Não se pode negar que isso ocorre em paralelo com a acumulação capitalista. Assim, a acumulação por despojo não está presente apenas na fase da acumulação primitiva, evidenciando-se como um contínuo que chega até o momento contemporâneo, como constatamos ao observar que a concentração fundiária em Andaluzia nunca foi tão grande como nos dias atuais. Cinquenta por cento das terras estão nas mãos de dois por cento de proprietários e essa concentração está sendo realizada por corporações bancárias, como BBVA, que estão comprando e concentrando as terras. Esse processo de concentração fundiária também está acontecendo no Brasil, na Colômbia e em todos os países do Caribe e América do Sul. Portanto, a acumulação por despossessão deve-se agregar a acumulação por despojo que acontece nos países do Sul e que não está conectada com a formação do movimento operário industrial, mas com os processos de despojo agrários como o que ocorreu durante a conquista do Al Andalus.

O referido processo de despojamento enquanto conceito tem a ver com que o Marx chama de a subsunção formal e subsunção real. O capital subsume outras formas de produção e, em um primeiro caso, isso se dá em uma direção formal. A forma da produção continua, mas as condições financeiras mudam, ou seja, altera-se quem investe o capital. Numa segunda fase, a subsunção real, não se produz na oficina de artesanato, mas nas fábricas. Defendo que a subsunção real ocorreu apenas nos países industriais do norte de Europa. Neles a forma de produzir passou de ateliês domésticos a ateliês proto-capitalistas e, então, a fábricas capitalistas. As sociedades do Sul, porém, nunca chegaram à subsunção real porque o processo produtivo no latifúndio, em muitos casos, segue atrasado. Os latifúndios andaluzes não mudaram, em muitos sentidos, a produção de azeite de oliva, de vinho, de trigo, de cultivo de hortaliças, pois as mudanças se restringem ao tamanho das plantações, sem que as formas de cultivo fossem modificadas substancialmente. Entre os séculos XVII e XVIII, aconteceram algumas

inovações nas técnicas de cultivo, mas mantêm-se as formas bastante antigas de cultivo da oliveira. Sob essa perspectiva, falamos de uma subsunção formal primária e uma subsunção formal avançada. Como, porém, o latifúndio não atualiza os processos técnicos e é imune à inovação e à modernização do processo produtivo agrário, o que encontramos é um processo de subsunção formal primário.

Para concluir, gostaria de reafirmar três ideias básicas. Existe um contínuo, no qual deveria se prestar mais atenção, entre a conquista de Al Andalus e a conquista da América. Os mecanismos de colonialidade existentes no interior do estado espanhol estão ligados à formação de uma administração colonial de conquista na Andaluzia moderna e contemporânea. A pesar de não haver recebido esse nome, reúne os elementos próprios da administração de conquista, que acaba por produzir uma classe assalariada agrícola em uma fase muito prematura da história europeia. Essa análise da história da Andaluzia permite afirmar, por um lado, que a Espanha não é o país que é vendido para o exterior e que é preciso desarticular o projeto histórico de uma Espanha unitária. Além disso, essa análise, ao ajudar a descolonizar a Europa, faz com que os nossos projetos políticos continentais e os nossos processos de

transformação encontrem um espaço de diálogo mais horizontal dado a partir da descolonização e da provincialização do que significa a ideia de Europa.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Transiciones de la antigüedad al feudalismo*. 1985.

ARENAS POSADAS, Carlos. Poder, economía y sociedad en el sur: historia e instituciones del capitalismo andaluz. *Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios*, 2015.

ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, Charles HE (ed.). *El debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1988.

BERNAL RODRIGUEZ, A.M. (1988). *Economía e historia de los latifundios*. Barcelona: Espasa Calpe.

BLOCH, Marc. *La sociedad feudal*. Ediciones AKAL, 1987.

BRENNER, Robert. “Los orígenes del desarrollo capitalista: crítica del marxismo neosmithiano”. *En Teoría*, 1979, no 3, p. 57-166.

CABEZA, Manuel Delgado. “El fin del extractivismo. Algunas condiciones para la transición hacia un postcapitalismo en Andalucía”. *En Antropología y compromiso: homenaje al profesor Isidoro Moreno*. Universidad de Sevilla, 2017. p. 263-288.

CASTRO, Américo. *España en su historia*. Círculo de Lectores, 1989.

CARRIÓN, Pascual. *Los latifundios en España. Su importancia, origen, consecuencias y evolución*. Ariel. Barcelona, 1975.

DELGADO, Cabeza M. (1981). *Dependencia y marginación de la economía andaluza*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad.

DOBB, Maurice, et al. *La transición del feudalismo al capitalismo*. Editorial Crítica. Barcelona. 1987.

DUSSEL, Enrique D. *Marx y la modernidad: conferencias de La Paz*. Rincón Ediciones, 2008.

GALA, Antonio. “Una reflexión previa”, en *El legado andalusí: El arte de vivir*, 1995, p. 10-13.

GARCIA FERNÁNDEZ, J. y MORENO COLMENERO, F. . “Colonialidad y cuestión agraria en Andalucía”. En Uharte Pozas, L.M. & Vázquez Puente, U. *Irabazitako hamarkada Latinoamerikan. Herri borrokei begirada analitikoa - La década ganada en América latina. Una mirada analítica a las luchas populares*. Universidad del País Vasco. Bilbao. 2015.

HOBSBAWM, Eric. “Del feudalismo al capitalismo”. *HILTON, R. Transición del feudalismo al capitalismo*. Barcelona: Crítica, 1977, p. 201-208.

FEDERICI, Silvia. *Calibán y la bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004., 2004.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Javier. “Latifundio, capitalismo y colonialidad interna estructural (siglo XIII-XVII): estrategias teóricas para pensar históricamente el latifundio andaluz”. *Tabula Rasa*, 2016, no 25, p. 283-313.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *En torno a los orígenes de Andalucía. La repoblación del siglo XIII*. Universidad de Sevilla, 1988.

MANZANO MORENO, Eduardo. *Relaciones sociales en sociedades precapitalistas: una crítica al concepto de “modo de producción tributario”*. CSIC. Madrid. 1998.

MARTÍNEZ SANMARTÍN, Luis Pablo. “Al-Andalus, sociedad tributaria de frontera” en *Revista de Historia medieval*. N° 4. 1993.

MARX K. (2010 [1873]) *El capital*, [tomo I], México: Siglo XXI.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. “¿Un edificio capitalista con una fachada feudal? El latifundio en Andalucía y América Latina”. *Cuadernos de Ruedo ibérico*, 1967, vol. 15.

MARTÍNEZ ALIER, Juan.. *La estabilidad del latifundismo: análisis de la interdependencia entre relaciones de producción y conciencia social en la agricultura latifundista de la Campiña de Córdoba*. Ediciones Ruedo Ibérico, 1968.

MORENO NAVARRO, I: *Andalucía: identidad y cultura: estudios de antropología andaluza*. Málaga: Editorial Ágora. 1993.

SALGADO, Felipe Maíllo. “De la formación social tributaria y mercantil? Andalusí”. En *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*. 2003.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio. *Orígenes de la Nación Española: el Reino de Asturias, estudios críticos sobre la historia del Reino de Asturias (selección)*. Sarpe. 1985.

SANTOS De Sousa , B. & ME, M.P. *Epistemologías del sur*. Madrid: Ediciones Akal. 2014.

TILLY, Charles. *Coerción, capital y los Estados europeos, 990-1990*. Madrid: Alianza editorial, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial; la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europeo en el siglo XVI*. Siglo XXI, Madrid, 1979.